

Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações¹

REGINA WEBER

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A tematização da identidade étnica possibilitou novas abordagens ao campo de estudos da imigração e da colonização na historiografia, mas apresentou, por outro lado, novos desafios conceituais, que tornaram imprescindível o recurso a noções desenvolvidas por outras áreas das ciências humanas. Este artigo pretende mostrar tanto a fecundidade de algumas noções antropológicas e sociológicas para o estudo dos grupos étnicos quanto os prováveis pontos de resistência, por parte de historiadores da imigração, a sua incorporação.

Imigração e identidade

“Colonização” e “imigração” são dois campos temáticos bastante consolidados na historiografia. A “imigração” é um tema, por assim dizer, “universal”, pois, seja qual for o período histórico que estivermos enfocando, sempre constataremos habitantes de um lugar movendo-se para outro, em levas ou por meio de redes de parentesco. Historiadores e outros cientistas sociais podem fazer analogias entre razões de êxodo e formas de adaptação à nova situação de grupos sociais em contextos bastante diferentes. O termo “colonização” está aqui sendo usado em uma acepção que expressa processos históricos diversos, que tanto podem ter ocorrido nos Estados Unidos do século XVII, quanto no Brasil do século XIX. Nem todos os processos de imigração resultam em colonização: os deslocamentos forçados, como a escravidão, e a fixação dos

emigrantes em espaços urbanos não são usualmente reconhecidos como colonização. O estudo de grupos étnicos tem significância justamente em decorrência de todos esses fenômenos: imigrações em massa ou por redes sociais; processos de ocupação coletiva de determinados espaços distantes do lugar de origem das populações; imigração não-voluntária de habitantes de um lugar para outro distante; inserção em uma sociedade já constituída de novos grupos sociais.² Não sendo equivalente à identidade nacional, a identidade étnica também permite analisar as conseqüências das migrações internas e as identidades regionais.

Se, por um lado, as colônias de imigrantes puderam existir em relativo isolamento ou em distanciamento espacial em relação a outros habitantes, por outro, o fenômeno da etnicidade só adquire maior relevância em contexto interétnico.³ Daí sua ligação ao processo de urbanização, daí sua relativa novidade na historiografia.⁴

O estudo de grupos étnicos contemporâneos, como se pode deduzir, enfoca uma realidade diferente daquela da qual, tradicionalmente, se ocupa a historiografia da colonização e imigração. Nova realidade demanda novos conceitos. Glazer e Moynihan (1975) destacam a relativa novidade da palavra “eticidade”. É justamente a incipiente incorporação desse arsenal conceitual, desenvolvido pelas ciências vizinhas, que parece dificultar o desenvolvimento dos estudos de etnicidade entre historiadores. Sim, pois as questões não se resolvem fazendo uma divisão cronológica — uns pesquisam as transferências de populações e outros as decorrências do contato recente entre essas diferentes culturas —, uma vez que historiadores estão a ver-se com o fato — de resto já sabido — de que levas de imigrantes de uma mesma nacionalidade sempre são compostas por diferenças culturais internas, cujo destino é preciso pesquisar, e antropólogos precisam esclarecer por quais caminhos históricos elabora-se a idéia da “origem comum”. Aproximar o campo dos estudos de imigração à temática da etnicidade significa incorporar, às análises que operam com demografia, processos históricos mais amplos, transformações econômicas e políticas e descrições de costumes, outras que lidam com processos que não são mensuráveis e cujos resultados pouco se prestam à enumeração, isto é, cujo objeto é cambiante e sem contornos definidos, estando sujeito a reelaborações conforme as circunstâncias, mas que, mesmo assim, possui uma dimensão sincrônica.

Com isso, não se está afirmando que historiadores tenham por ofício analisar objetos de estudo que são mais facilmente delimitáveis. Quão movediça é a

realidade à qual se refere qualquer noção de “processo”, uma das mais difíceis de serem incorporadas pelos estudantes de história. No mesmo sentido, uma distinção reconhecida entre a história e as ciências sociais atribuía a estas o estudo de permanências estruturais, enquanto que os historiadores operariam com as rupturas e mudanças (Burke, 1980). A resistência já mencionada à incorporação de noções das ciências vizinhas refere-se a uma historiografia da imigração, que, sendo basicamente desenvolvida por membros das próprias comunidades imigrantes ou por intelectuais oriundos destas, tende a reificar uma determinada figura do imigrante e a operar com uma linha de continuidade entre a saída do grupo (ou levas) de outro continente, sua instalação no novo território, suas estratégias de adaptação, a superação das dificuldades e, como era de se supor, seu êxito final. Tal narrativa historiográfica aproxima-se do gênero da epopéia, da saga. Independentemente das vicissitudes históricas, supõe-se que os grupos mantenham elementos que permanecem os mesmos desde o ponto de partida até o momento atual (o das lembranças e comemorações) e que, portanto, garantem uma identidade ao grupo. Nessa leitura, o imigrante constitui-se num personagem, passível de mudanças no terreno econômico (desenvolvimento dos ramos das atividades a que passa a se dedicar), político (maior presença em cargos de representação política) e social (institucionalização de entidades associativas e de datas comemorativas próprias do grupo), mas mantendo traços culturais específicos.

O que se tem em vista neste artigo não é “desconstruir” as imagens elaboradas por aqueles que falam pela (ou para a) comunidade étnica. Os grupos sociais, assim como os indivíduos, têm direito de formular suas próprias identidades nos termos que lhes parecerem oportunos. De resto, sabe-se que algumas formulações são elaboradas por líderes conscientes da necessidade de se fazerem conciliações entre as tendências mais endógenas das comunidades e as pressões para a integração da sociedade envolvente. O diálogo que se propõe é com os intelectuais, de quem é esperado um distanciamento das formulações previamente estabelecidas. O ceticismo que Hobsbawm (2000) propõe perante situações contemporâneas de separatismo nacionalista e xenofobia — o historiador profissional não irá fornecer a história que os nacionalistas querem e deve sempre se lembrar de como é fácil mudar as identidades étnicas — deve existir sempre que o historiador esteja exercendo sua atividade.

Com o objetivo de concentrar a discussão, situemos o que parece ser o ponto nevrálgico da diferença entre os estudos de etnicidade e os estudos de imigração: a questão da identidade. Na historiografia da imigração, o imigrante

e seu sucedâneo, o grupo étnico, é tomado como dado; para os antropólogos, a identidade étnica é sempre uma construção. Obviamente os historiadores não igualam a identidade étnica ao carimbo da nacionalidade nos passaportes, e novas pesquisas estão sempre retificando dados da efetiva origem geográfica dos emigrantes ou demonstrando que uma determinada procedência geográfica encobria uma colônia de imigração mais antiga e que mantinha “fronteiras” culturais na nova sociedade.⁵ Contudo, a hipótese deste artigo é que, de uma forma ou de outra, o peso da identidade nacional na historiografia dificulta uma abordagem antropológica da identidade. E, pretende-se argumentar, sem esse viés antropológico, a identidade étnica é de difícil apreensão.

A vinculação do moderno campo da historiografia — aquele que se pretende científico — com a questão da identidade nacional é assunto bastante conhecido e estudado.⁶ O que é mais difícil perceber é o quanto tal representação impregna e adjetiva vários outros fenômenos, mesmo aqueles que pouca relação têm com questões de cidadania, que objetivamente são delimitadas pela nacionalidade. Falamos em cinema *italiano* e cozinha *francesa*, e certamente não estranharíamos — exceto se fôssemos especialistas — que se falasse de arquitetura americana ou engenharia brasileira. Desde que o estado-nação veio para ficar, quaisquer fenômenos podem ter uma circunscrição nacional. Mesmo que a historiografia mais recente situe a “nação” como uma das “tradições inventadas” (Hobsbawm, 1984), ainda assim, a contínua objetivação de tal imagem dá-lhe uma existência “concreta”. Porque haveria de ser necessário explicitar o que se entende por imigrante “italiano” ou “português”? Quando o assunto é imigração, isso pode parecer desnecessário, mas a identidade étnica, em características que serão definidas abaixo, certamente demanda explicação. Não há dúvida de que a existência de um estado consolidado facilita a identificação de comunidades emigradas em outro país, pois tal visibilidade depende muitas vezes do grau de reconhecimento externo ao grupo. Tal proposição é aplicável inclusive para aquelas situações em que uma conjuntura crítica no país de emigração legaria aos emigrantes estereótipos negativos no país de chegada, como é afirmado em algumas interpretações sobre os preconceitos para com os poloneses no sul do Brasil (Gritti, 2004:161). A existência de embaixadas ou representantes consulares, que, na origem, são órgãos burocráticos de Estados, sempre será um facilitador para os grupos emigrados que desejam afirmar-se na nova sociedade. Mas o que se quer destacar é que, quando o assunto é etnicidade, não se pode falar de um *ethos* (nacional) que se irá manifestar da mesma forma sob quaisquer condições, o que

corresponde à visão “essencialista”. Por razões semelhantes, neste artigo evita-se empregar o termo “etnia”, ao qual o senso comum — pelo menos o regional — não deixa de atribuir uma base biológica e uma origem nacional, ainda que de forma não-explícita.⁷

Tomemos, por exemplo, diferentes situações da imigração italiana. A imigração italiana para os Estados Unidos tem sido associada a práticas de contravenção e crime organizado, imagem bastante diferente da construída sobre os imigrantes italianos e seus descendentes no sul do Brasil. A existência de uma quadrilha calabresa no oeste paulista, no final do século XIX, é um fato isolado, que permite ao autor da pesquisa levantar hipóteses sobre a ausência relativa do banditismo e do crime organizado entre imigrantes italianos no Brasil: a falta de apoio de uma parte da elite brasileira e a dificuldade de os italianos corromperem a polícia e os políticos locais (em troca de votos, pois a maior parte dos italianos não se naturalizou) somavam-se à heterogeneidade (de origem) da comunidade italiana, que dificultava a convivência e a conspiração do silêncio (Monsma et al., 2003:81). Exemplo paradoxal é dado pelos imigrantes italianos que se instalaram na Líbia. No início do século XX, eles instalaram-se como colonizadores em territórios até então dominados pelos turcos e tornaram-se uma elite que manifestava um sentimento de superioridade sobre os árabes. Após a vitória de Kaddafi, os italianos tiveram que abandonar a Líbia (1970) e, a despeito de sua vontade de “ser italianos”, os retornados não se reconheceram na cotidianidade da sociedade italiana (Pelliteri, 2004). Algo que é relatado por entrevistados é justamente o que se quer destacar: eles se reconheciam como italianos na Líbia, mas se sentem diferentes dos italianos da Itália. Com esses exemplos, quer-se dizer que, se a história da imigração pode acompanhar grupos desde sua saída da Europa, ou de outro continente, narrando sua chegada e instalação na América, até sua situação atual, estudos de identidade étnica não podem garantir a unicidade do grupo em todos esses momentos. Narrativas históricas que atribuíssem um “sentido” às trajetórias dos grupos étnicos seriam semelhantes às narrativas biográficas criticadas por Bourdieu (1986). Um outro exemplo, com um grupo mais familiar, talvez deixe mais claro ao leitor o estranhamento que se solicita para discutir grupos étnicos de uma perspectiva não-essencialista. No Brasil, o imigrante português está associado à figura do pequeno empreendedor urbano e a própria pesquisa histórica pode comprovar que o saldo dessa emigração, tanto em termos econômicos como em termos de liberdade social, foi positivo (Costa Leite, 2000). Não é essa a situação dos imigrantes portugueses que o cineasta Robert

Bozzi filma, em documentário encomendado pelo Partido Comunista Francês, vivendo em barracos na periferia de Paris, em 1970, e expostos aos estigmas que todos os imigrantes pobres sofrem.

Identidade étnica: noções emprestadas

Neste tópico, pretende-se analisar algumas das noções fundamentais da identidade étnica tal como são empregadas nas ciências humanas, particularmente na antropologia, objetivando um cruzamento com estudos históricos, tanto os de imigração quanto, mais recentemente, os de identidade étnica. Para haver diálogo entre pesquisadores, é necessário que exista um consenso, se não interpretativo, pelo menos terminológico. Visando tal interlocução entre os que estudam etnicidade, destacam-se os mais usuais atributos desta, do ponto de vista de diferentes interpretações: construída, categoria de atribuição, englobante/segmentar, resultado de interação, produtora de classificações, etc. Esses parâmetros operam simultaneamente, mas, para efeitos operacionais, tenta-se analisá-los separadamente. Objetivando uma simplificação da discussão, tendo em vista um público de historiadores, são aqui deixadas de lado as diferenças entre as concepções antropológicas, que, conjuntamente, têm feito avançar a discussão sobre a identidade étnica nas últimas décadas.⁸

Dizer que a identidade étnica é “construída” é uma outra forma de dizer que ela é resultado de processo histórico, definição que se contrapõe à idéia de “primordial”. Este termo, dos cientistas sociais, designa a crença de que a identificação étnica estaria na “essência” dos grupamentos humanos, constituindo, portanto, um laço afetivo. Em um ensaio sobre separatismo e xenofobia nacionais, Hobsbawm (2000:275) afirma que “nunca, como hoje, foi tão importante rejeitar a tese ‘primordialista’ da etnia”. Glazer e Moynihan (1975) lembram que, num mundo de rápidas mudanças, muitos grupos que se engajam em um conflito “primordial” são, eles mesmos, criações históricas recentes, e constatam que a construção da identidade étnica oscila, atualmente, entre o “primordial” e o “circunstancial” (balizado pelo “interesse”) e isso justificaria a eficácia das demandas sociais com base étnica nos modernos estados multiétnicos.

O termo que melhor traduz a idéia de identidade étnica como uma construção é “etnogênese”. O uso moderno do vocábulo é dos anos 1960 e, ao ser empregado para definir uma “nova consciência de identidade” dos negros

americanos, situa as transformações no campo das representações, a par das transformações sociais e políticas. Uma visão do grupo étnico como mutável também está em Wallerstein, mas por razões diferentes das apontadas anteriormente. Para o autor, tanto a nação como a raça e o grupo étnico são resultado da economia-mundo capitalista. Existindo em nações que postulam uma igualdade entre os cidadãos, o capitalismo necessita, na prática, de uma força de trabalho desigual. Tal dilema é resolvido pela etnicização das categorias profissionais. “O nascimento, a reestruturação e o desaparecimento incessantes de grupos étnicos são, conseqüentemente, um precioso elemento de flexibilidade do funcionamento da máquina econômica” (Wallerstein, 1990:114).

Para dialogar com a historiografia da imigração, o texto de Ellen Woortmann (2000) é exemplar. Pesquisando memórias genealógicas, a antropóloga constatou que as mesmas não alcançavam os antepassados na Alemanha. Com a imigração, operou-se um corte; os antepassados mitificados são os do tempo heróico do desbravamento das matas do período inicial da colonização. “Esse esquecimento é construtivo da nova identidade no novo mundo” (Woortmann: 217). Não se trata apenas de esquecer um passado de privações e humilhações e da irreversibilidade do ato de emigração, mas de que havia várias identidades “alemãs” e a “tradição teuto-brasileira” foi constituída sincreticamente no Brasil:

Aqueles que chegaram eram bávaros, renanos, frísios, saxões, ou mesmo austríacos, franceses e dinamarqueses, todos rotulados como “alemães”. Como já mencionei, nas “picadas” organizadas pelo governo brasileiro foram assentados renanos vizinhos de bávaros ou de austríacos, embora em alguns lugares pudessem ter prevalecido migrantes de uma região específica [...] Essa heterogeneidade resultou numa espécie de “reinvenção das tradições” sob forma de uma negociação que resultou numa “tradição teuto-brasileira”: dialeto de uma região; hábitos alimentares de outra [...]; religião de uma terceira (Woortmann: 218).

Na segunda metade do século XX, o esquecido passado genealógico passa a ser resgatado. Os descendentes de imigrantes, convertidos em burguesia urbana, passam a encomendar genealogias de profissionais. Temos aqui a construção de uma outra memória e, portanto, de uma outra identidade, que responde às necessidades ideológicas do presente. Enquanto a memória dos colonos apagou a Alemanha, a memória dessa elite a redescobre, heroizando a cultura germânica que traz o progresso no processo imigratório. A viagem dos imigrantes, que havia sido esquecida, é valorizada como parte de uma odisséia.

O que passa a ser omitido, por outro lado, é a origem camponesa dos ascendentes brasileiros e a vida colonial é valorizada como atração turística, como um passado que está distante dessa elite urbana. O que a autora mostra, portanto, são dois momentos bem diferentes de elaboração de uma identidade “alemã”, ilustrando como a identidade étnica é construída e reconstruída.

Um exemplo mais contemporâneo de construção identitária é o dos “açorianos” no Brasil. Se, a despeito de registros históricos valorizados em termos de “museu açoriano” ou “cidade açoriana”, há poucas manifestações de grupos étnicos assumidamente “açorianos”, isso não se deve, tudo indica, a um obscurecimento de tal afirmação identitária em virtude de discriminação, mas sim a um processo de subsunção dos açorianos no grupo maior dos “portugueses”, no Brasil. A possibilidade que um grupo tem de escolher a identidade que lhe é mais vantajosa em um determinado contexto pode ser descrita como um ato de “manipulação”, que é um outro conceito desenvolvido para explicar determinadas manifestações identitárias. A existência de manifestações contemporâneas de identidade “açoriana”, ainda pouco diferenciada da identidade “portuguesa”, pode ser remetida à afirmação de Banton (1970:163) de que “com a melhoria dos níveis de vida, muita gente parece querer cultivar as diferenças étnicas como um modo de tornar as suas vidas um pouco mais interessantes”. No Rio Grande do Sul, intelectuais universitários e pesquisadores independentes congregaram-se para comemorar, em 2002, os 250 anos do Povoamento Açoriano no Rio Grande do Sul (Barroso: 2002). Assim como a intensificação de intercâmbios comerciais e intelectuais entre o Estado italiano e o Rio Grande do Sul e a existência de camadas médias descendentes de imigrantes dispostas a se dar visibilidade incentivam as manifestações da identidade “italiana” no estado sulista (Weber, 2005), da mesma forma “o aprofundamento agora amadurecido dessa ligação intensa que une a Região Autônoma dos Açores e o Brasil” também tem permitido o apoio do governo açoriano às manifestações identitárias “açorianas” na América (Barroso, 2002:7). A presença dos açorianos na Bahia é dada tanto pela existência de uma “Casa dos Açores”, fundada em 1981, quanto pela atuação daqueles na diretoria de instituições como o Gabinete Português, a Quinta da Beneficência e o Hospital Português (Barroso, 2002:82), ou seja, a afirmação de uma identidade “açoriana” não significa necessariamente a negação de uma identidade “portuguesa”. Contudo, a existência de um Estado açoriano em projeção econômica, do qual é oriunda uma emigração mais recente, contribui para a afirmação de uma identidade específica, que poderá, no presente, (re)construir uma história de vários séculos. Uma identidade nacional de um lado do Atlântico, um grupo de imigrantes e

descendentes do outro, mais a presença de intelectuais que atuam como “agentes étnicos”, são elementos propulsores de uma identidade étnica.¹⁰

Uma das facetas da construção identitária é o fato dela ser uma “categoria de atribuição”. As atribuições, as classificações, as definições sociais e as nomeações são sempre resultado da interação de um grupo com outros grupos. Na formulação original de Fredrik Barth (de 1969), a categoria étnica é resultado da auto-atribuição e da atribuição por outros:

Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional (Barth, 1998:194).

Para os contextos de relações interétnicas, tal proposição é de importância fundamental em diferentes aspectos. Primeiro, para situações onde há “diferencial de poder”¹¹ entre um grupo e outro, os grupos dominados estão sujeitos à definição dos grupos dominantes e são levados a internalizá-la. Considerando-se que as definições externas tendem a ser negativas enquanto o próprio grupo se vê de uma forma positiva, a situação extrema dessa “dialética exógeno/endógeno” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:145) é a escravidão.¹² A crítica de Banton (1979:164) ao conceito de “minorias” de Louis Wirth concentra-se no fato de essa noção estar relacionada às políticas das minorias e não levar em conta as disposições da população majoritária, isto é, além de uma fronteira de inclusão, que reflete o reconhecimento que os membros da minoria têm de pertencerem a uma unidade, existe uma fronteira de exclusão, refletindo o modo pelo qual a seção mais poderosa da população define o grupo que deve ser posto de lado.

Um segundo aspecto da atribuição ou definição externa é o surgimento de categorias “globalizantes”, isto é, de classificações que englobam grupos diferentes pautando-se em similaridades simplificadoras, fenômeno bastante visível nas situações migratórias (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:144), tal como no exemplo de Woortmann (2000:218): “os imigrantes só eram ‘alemães’ para as autoridades brasileiras”. Tais categorias negam aos recém-chegados a diversidade cultural pela qual eles mesmos se percebem e costumam basear-se em algum elemento pejorativo, isto é, sendo uma exo-definição, a categoria globalizante ignora os elementos positivos do pertencimento a um grupo social. Contudo, dado o caráter dinâmico do processo social e histórico, as nomeações

englobantes (magrebinos, sul-asiáticos, hispânicos, etc.) podem reverter a favor dos grupos rotulados: “Mas o que se pode observar em todas essas situações é que o fato de serem coletivamente nomeados acabou por produzir uma solidariedade real entre as pessoas assim designadas, talvez porque, em decorrência dessa denominação comum, eles fossem coletivamente o objeto de um tratamento específico” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:145).

Na linha desse raciocínio, podemos sugerir que um dos mais poderosos exemplos de identidade “coletiva” positiva contemporânea é a idéia de “afro-descendente”: se foi difícil aos grupos feitos escravos nos séculos passados manterem suas identidades tribais, a África recriada é um continente inteiro que simboliza agora uma nova identidade negra.¹³ Positivas, negativas ou simplesmente simplificadoras, as exodenominações englobantes nos países de chegada costumam estar associadas às divergências existentes entre estados nacionais e à não congruência entre grupos étnicos e estados-nações nos países de origem. Em muitos casos, os conflitos daí derivados é que motivam as emigrações, não raro acarretando para os emigrantes o ônus de serem confundidos com seus opressores nos países de acolhimento. É conhecido o caso dos sírios e libaneses, que, em toda a América Latina, receberam a denominação de “turcos”, que era a da nacionalidade de seu passaporte, uma vez que as regiões de onde vieram estavam sob domínio do Império Otomano até o fim da Primeira Guerra Mundial (Truzzi, 2000:315). Esses grupos tiveram que tomar a seu cargo a tarefa de afirmar a identidade pela qual se reconheciam e pela qual queriam ser reconhecidos pelos outros.¹⁴ Os judeus-alemães, perseguidos na Alemanha nazista, chegaram a ser levados à prisão por falarem alemão num Brasil que tomava providências contra populações suspeitas de contribuir com um inimigo de guerra (Blumenthal, 2001:64). Em ambos os casos, a “minoría”, seja nacional ou étnica, estava sujeita à atribuição externa, que privilegiava a categorização por nacionalidade. “Polacos” foi a designação mais genérica que imigrantes do leste europeu receberam em Porto Alegre e em outros estados do sul do Brasil (Fortes, 2004). “Leste europeu” é o termo com o qual o historiador, informado pelos acontecimentos da história européia contemporânea, designa populações emigrantes cujas nacionalidades tornam-se imprecisas em virtude de disputas políticas. Os termos que os próprios grupos adotam quando institucionalizam entidades representativas são “ucranianos”, “russos-brancos” e “eslavos”. A opção por uma identidade supranacional, a eslava, podia basear-se justamente numa oposição aos poloneses (Fortes, 2004:339). O que dificulta o reconhecimento dos grupos sociais adventícios — e também o trabalho do historiador — é o complexo e contínuo processo de criação e recriação de identidades étnicas, particularmente em processos

migratórios, que tem a liberdade tanto de se apropriar quanto de negar as identidades nacionais.

Se as identidades podem somar-se para compor uma outra mais abrangente, elas podem também se dividir para afirmar especificidades, como é o caso dos judeus ucranianos, que se distinguem do conjunto dos ucranianos (Fortes, 2004:355) ou entre os judeus, dentro os quais os judeus-alemães podem constituir um subgrupo¹⁵ ou pertencer a ramos étnicos distintos, os *Ashkenazim* e os *Sefaradim* (Blumenthal, 2001:31). Esse gênero de fenômeno dá à identidade étnica o atributo de ser segmentar. Poutignat e Streiff-Fenart (1998:159) tomam de Lyman e Douglass o caso dos bascos espanhóis: “quando interagem com um co-étnico, irão definir-se por exemplo como biscainho, ao passo que invocariam sua qualidade de basco espanhol sempre que encontrassem bascos franceses, e seriam apenas bascos quando se relacionassem com não-bascos”. Tais especificidades costumam ser percebidas apenas internamente aos grupos e sua afirmação, em termos de lograr visibilidade exterior, costuma ocorrer quando o grupo maior já atingiu um certo grau de expressividade social, que é o caso, como sugiro em outro texto (Weber, 2005), dos italianos no Rio Grande do Sul, que podem também se expressar em termos regionais como vênetos, calabreses ou friulanos.

Dizer que as identidades são construídas e reelaboradas em um contexto interétnico, no qual os outros grupos têm papel nas atribuições daí resultantes, é dizer que a etnicidade é resultado da interação social. O “interacionismo” é um tipo de formulação hermenêutica através da qual se pretende explicar diferentes fenômenos sociais, e, para neófitos, o manual de Donald Pierson (1945) pode servir de introdução no assunto. Neste artigo, parte-se de autores contemporâneos que constatarem a presença da noção de “interação” naqueles autores que são considerados referenciais no estudo atual do fenômeno étnico. Veja-se, por exemplo, o resumo que Seyferth faz do pensamento de Barth: “Na medida em que os indivíduos usam identidades étnicas para se caracterizarem com propósitos de interação, formam grupos étnicos organizados” (Seyferth, 1986b).¹⁶ No Brasil, uma das primeiras e mais conhecidas apropriações de F. Barth foi feita pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que elaborou o conhecido conceito de “identidade contrastiva”:

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i. e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou um grupo se afirma como tais, o fazem como meio de diferenciação

em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. (Cardoso de Oliveira, 1976: 5)¹⁷

As formulações de Cardoso de Oliveira, desenvolvidas a partir do estudo de sociedades indígenas, têm sido utilizadas por historiadores brasileiros, como, por exemplo, por Krebbs (1999) em um estudo sobre judeus, ou então por Gritti (2004), que, para analisar imigrantes poloneses sujeitos à discriminação, lança mão de sua idéia de identificação como “esforço dramático” de um grupo social visando lograr sua sobrevivência.

Nas análises dos processos de interação, destacam-se as operações de classificação e de categorização. Como demonstram os estudos de grupos africanos em contexto urbano, a estrutura de “etiquetas étnicas” pode ser descrita “como o mapa cognitivo por meio do qual os atores das situações pluriétnicas orientam-se em suas interações” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:114). Não apenas a diversidade de tribos é reduzida a um pequeno número de categorias, como também a impessoalidade das relações próprias à vida urbana é enfrentada com o recurso das categorias estereotipadas. Mas, prosseguem as análises, os nomes étnicos nunca são apenas referenciais, eles também descrevem atores sociais e estabelecem hierarquias. Fenômeno paralelo é o que pode ter ocorrido na área “colonial” no Rio Grande do Sul, desde o fim do século XIX, quando imigrantes europeus de procedências diversas, que receberam lotes de terra para cultivo (as “colônias”), passaram a se reconhecer como “de origem”, contrapondo-se aos “brasileiros”, termos que denotavam a superioridade dos primeiros por sua maior dedicação ao trabalho (Weber, 2002). A sociologia que se propõe a estudar a “construção social da etnicidade” na França atual começa por afirmar que a “realidade” étnica não pode ser tida como “dada” e se propõe, justamente, a analisar o contexto no qual emergem as classificações e as categorizações étnicas e as circunstâncias nas quais tais categorias são mobilizadas como pertinentes para interpretar as situações e organizar as interações (Rinaudo, 1999:10). Isso que Poutignat e Streiff-Fenart descrevem como lutas simbólicas e *labelling* étnico (rotulação étnica) pode ser aproximado da discussão que na história cultural se denomina “lutas de representações”, tal como proposta por Roger Chartier (1994) a partir da apropriação da idéia de “lutas de classificações” de Bourdieu. Nas palavras de Wallerstein (1990:108), o número das categorias e o próprio fato de estabelecer as categorias são “decisões sociais”. Em situações de polarização acentuada, o número de categorias se reduz, como é o caso da clivagem brancos/não-brancos.

Os conceitos repassados acima de forma sumária são instrumentos importantes para o diálogo entre pesquisadores cujo objeto é a etnicidade, pois permitem que fenômenos observados em determinado grupo não sejam tomados como característicos tão-somente daquele grupo, mas sejam reconhecidos como modos de manifestação da identidade étnica. A crença na unicidade de determinados comportamentos está na raiz da visão essencialista de identidade. Se o fenômeno migratório é assunto de historiadores, estes precisam esclarecer as diferenciações e similaridades entre identidade étnica e identidade nacional e, sobretudo, distinguir a manifestação da identidade nacional — espontânea ou direcionada pelos governantes — dentro do país daquela que os emigrados lançam mão quando estão no “exterior”. O fato de, num país de imigração, um grupo étnico levar o “nome” de um outro país — o de “emigração” — não resolve a questão da compreensão desse grupo, mas tão-somente fornece elementos para tal. A associação com um estado-nação é a forma mais óbvia de nominar os grupos étnicos, mas não é a única. O nome do grupo e a carga de valores a ele associada serão sempre resultado de uma disputa. E é justamente quando se põe a estudar as negociações que envolvem essa disputa que o historiador se diferencia do folclorista.

NOTAS

¹ Alguns tópicos deste artigo foram abordados na palestra proferida no I Seminário Estadual de Imigração e Colonização, promovido pela Unisc, em outubro de 2004.

² No âmbito da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), a temática da identidade étnica está presente nas discussões do GT (Grupo de Trabalho) “Migrações Internacionais”, criado em 1998 (Ceru, 1998).

³ “In the Third World the tribes, villages, bands, and isolated communities, which have until recently been our traditional subject-matter, are everywhere today becoming integral parts of new state structures and are thus being transformed into ethnic groupings with varying degrees of cultural distinctiveness” (Cohen, 1974).

⁴ Um exemplo de manifestação de identidade étnica em contexto de migrações populacionais associadas a processo de industrialização está em Seyferth (1982), que realizou pesquisas no Vale do Itajaí (SC) em meados da década de 1970.

⁵ Em meados da década de 1920, imigrantes “romenos” chegaram ao Brasil provindos da região da Bessarábia, área que, por várias décadas, foi disputada por Rússia e Romênia. Se a nacionalidade de uma geração a outra poderia variar, a auto-identificação do grupo como “alemães” era certa (Weber, 1993).

⁶ Para uma recente análise do caso brasileiro, ver Turin (2005).

⁷ Sobre o uso do termo, ver Seyferth (1986a).

⁸ A temática da “eticidade” tem sido associada a Fredrik Barth, pois seu texto “Grupos étnicos e suas fronteiras” teve sua primeira versão em português como anexo ao livro de P. Poutignat & J. Streiff-Fenart (1998); contudo, como lembra Giralda Seyferth (1986b), Barth não faz referência à etnicidade. Esse texto de Seyferth faz uma pontuação das diferenças teóricas que envolvem os diferentes termos “grupo étnico”, “eticidade” e “identidade étnica”.

⁹ No Rio Grande do Sul, a fundação de Porto Alegre é identificada com a vinda de casais açorianos. Atualmente, outros municípios da Região Metropolitana invocam a presença histórica da ocupação pelos “açorianos”.

¹⁰ Tal fenômeno foi observado por Coradini (1996) para o caso italiano.

¹¹ A expressão é tomada de Elias (2000), que não se propõe a realizar um estudo de identidade étnica.

¹² Quando se pensa em “políticas compensatórias” para grupos sociais que descendem de escravos, como é o caso dos negros na sociedade brasileira, o ônus de tal definição exógena deve ser levado em conta. Para uma discussão das políticas compensatórias, ver Pinto (2003).

¹³ Sobre a “nova versão da África no Brasil”, ver Agier (2001).

¹⁴ Clubes e sociedades de libaneses e sírios foram criados em Porto Alegre a partir da década de 1920 (Kemel, 2000).

¹⁵ A Sociedade Israelita de Cultura e Beneficência (Sibra) é uma entidade criada em 1936, visando agregar judeus de fala e cultura alemã do Rio Grande do Sul (Blumenthal, 2001:9).

¹⁶ Veja-se também outros autores que, segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998:113), operam com uma “abordagem interacional”.

¹⁷ Para uma crítica ao pensamento de Cardoso de Oliveira, ver Novaes (1993:43).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agier, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana. Estudos de antropologia social*. v. 7, n. 7. out. 2001, p. 7-33.
- Banton, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- Barroso, Vera L. M. *Açorianos no Brasil: História, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002.
- Barth, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: Poutignat, P. & Streiff-Fenart, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998 [1995], pp. 187-227.
- Blumenthal, Gladis Wiener (org.). *Em terras gaúchas: A história da imigração judaico-alemã*. Porto Alegre: Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, 2001.
- Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica [1986]. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 183-91.
- Bozzi, Robert (dir.). *Le gens de baraaques*. Portugal, França, 1995. 90 min. Documentário.
- Burke, Peter. *Sociologia e História*. Madrid: Alianza Editorial, 1994 [1980].
- Cardoso de Oliveira, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- Chartier, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 7. n. 13, 1994, pp. 97-113.
- Cohen, Abner. The Lesson of Ethnicity [1974]. In: Sollors, Werner (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University, 1996, pp. 370-84.
- Coradini, Odaci Luiz. Os significados da noção de “italianos”. In: Maestri, Mário (coord.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1996, pp. 33-9.
- Costa Leite, Joaquim da. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: Fausto, Boris (org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000, pp. 176-200.
- Ceru (Centro de Estudos Rurais e Urbanos). 10 set. 1998. Correspondência.
- Elias, Norbert & Scotson, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Fortes, Alexandre. Os outros “polacos”: classe e identidade étnico-nacional entre imigrantes do leste europeu em Porto Alegre. In: Batalha, Cláudio H. M. et al. (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, pp. 317-61.

- Glazer, Nathan & Moynihan, Daniel P. (eds.) *Ethnicity, Theory and Experience*. Cambridge (Mass.): Harvard University, 1975. ("Introduction", pp. 1-26)
- Gritti, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- Hobsbawm, Eric. A produção em massa das tradições: Europa, 1870 a 1914. In: Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence (orgs.). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 271-316.
- . Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: Balakrishnan, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 271-82.
- Kemel, Cecília. *Sírios e Libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- Krebs, Débora Taísa. *Representações da cidade, visões do cotidiano: Porto Alegre e os imigrantes judeus no Estado Novo*. Porto Alegre, 1999. Dissertação de mestrado inédita. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 1999.
- Monsma, Karl et al. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 18, n. 53, out. 2003, pp. 71-96.
- Novaes, Sylvia Caiuby. *Jogo de espelhos*. São Paulo: Edusp, 1993.
- Pierson, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 18. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981 [1945].
- Pinto, Céli Regina Jardim. Políticas compensatórias e cotas no Brasil: onde realmente estão os problemas? *Revista de Psicologia Política*. Sociedade Brasileira de Psicologia Política, jan.-jun./2003, v. 3, n. 5, pp. 39-55.
- Poutignat, P. & Streiff-Fenart, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998 [1995].
- Rinaudo, Christian. *L'ethnicité dans la cité: jeux et enjeux de la catégorisation ethnique*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- Seyferth, Giralda. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 37, 20 out. 1982. 33 p.
- . Etnia. In: Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986^a, pp. 435-6.
- . Grupo étnico. In: Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986b, . 530-2.
- Truzzi, Oswaldo M. S. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: Fausto, Boris (org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000, pp. 315-51.
- Turin, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de Mestrado inédita. 2005.
- Wallerstein, Immanuel. La construction des peuples: racisme, nationalisme, ethnicité. In: Balibar, Etienne & Wallerstein, Immanuel. *Race, Nation, Classe: Les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1990, pp. 95-116.
- Weber, Regina. Dos navios para as fábricas: imigrantes romenos entre os operários ijuíenses dos anos quarenta. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, v. XIX, 1993, pp. 73-9.
- . A construção da "origem": os "alemães" e a classificação trinária. In: Reckziegel, Ana Luiza Setti & Félix, Loiva Otero. *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo/RS: UPF, 2002, pp. 207-15.
- . O avanço dos "italianos". *História em Revista*. Pelotas. v. especial VII Encontro Estadual da Anpuh-RS, mar. 2005 (no prelo).
- Woortmann, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 6, n. 14, nov. 2000, pp. 205-38.